

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI Nº ___, DE ___ DE _____ DE 2026

Dispõe sobre a criação da **Carreira Finalística do Trabalho**, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, institui o **Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego – PECMTE**, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CARREIRA FINALÍSTICA DO TRABALHO

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a **Carreira Finalística do Trabalho**, destinada ao exercício de atribuições finalísticas de Estado relacionadas à formulação, execução, supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, bem como à mediação administrativa de conflitos individuais e coletivos do trabalho.

Art. 2º A Carreira Finalística do Trabalho é composta pelos seguintes cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

I – **Analista do Trabalho**, de nível superior, composta por 96 cargos;

II – **Técnico do Trabalho**, de nível intermediário, composta por 2.612 cargos.

Parágrafo único. Os cargos de que trata o caput são estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo I.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições comuns aos cargos integrantes da Carreira Finalística do Trabalho:

I – atuar na **mediação administrativa de conflitos individuais do trabalho**, inclusive em ambientes digitais, promovendo soluções consensuais e preventivas;

II – supervisionar, fiscalizar, acompanhar e avaliar **convênios, contratos, termos de cooperação, repasses e programas** financiados com recursos do **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**, deliberados pelo **CODEFAT**, executados pelo **SINE** e por políticas correlatas;

III – elaborar **pareceres técnicos, notas técnicas, estudos, relatórios, análises de impacto regulatório e avaliações institucionais**;

IV – participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de trabalho, emprego, renda, qualificação profissional, economia solidária, seguro-desemprego e seguro-defeso;

V – atuar em atividades de **planejamento estratégico, governança, gestão de riscos**,

integridade, controle interno e transparência;

VI – prestar orientação técnica qualificada a trabalhadores, empregadores e entidades sindicais;

VII – exercer outras atividades finalísticas compatíveis com as competências institucionais do MTE.

Art. 4º São atribuições do cargo de **Analista do Trabalho**, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, **com responsabilidade técnica, institucional e decisória**, sem prejuízo de outras previstas em regulamento:

I – Formular, planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar, em nível estratégico e tático, as políticas públicas de trabalho, emprego, renda, qualificação profissional, economia solidária, relações do trabalho, mediação de conflitos individuais e coletivos, fiscalização administrativa e programas sociais vinculados ao MTE;

II – Conduzir, procedimentos de mediação administrativa de conflitos individuais do trabalho, inclusive em ambientes digitais, **homologando termos, validando soluções consensuais e respondendo institucionalmente pelos atos praticados**, nos termos da regulamentação específica;

III – Coordenar, planejar, normatizar e responder institucionalmente pela supervisão, fiscalização, acompanhamento e avaliação de convênios, contratos, termos de cooperação, repasses e programas financiados com recursos do FAT, CODEFAT, SINE e políticas correlatas, inclusive quanto à regularidade jurídica, execução financeira e alcance de resultados;

IV – Elaborar, validar, aprovar e subscrever pareceres técnicos conclusivos, notas técnicas finais, estudos, relatórios estratégicos, análises de impacto regulatório, avaliações institucionais e manifestações formais do MTE;

V – Dirigir, coordenar e supervisionar equipes técnicas e administrativas, unidades organizacionais, projetos estratégicos e programas institucionais, inclusive com atribuições de chefia, assessoramento e direção;

VI – Formular, propor, revisar e validar normas, atos administrativos, instruções normativas, portarias, resoluções e regulamentos, bem como participar de processos legislativos, grupos de trabalho interministeriais e instâncias colegiadas;

VII – Atuar na formulação e condução do planejamento estratégico institucional, na governança pública, na gestão de riscos, na integridade, no controle interno, na transparência ativa e passiva e na avaliação de políticas públicas, inclusive como responsável técnico pelos resultados;

VIII – Exercer atividades administrativas e logísticas de nível superior, de alta complexidade técnica e responsabilidade institucional, **inerentes às competências finalísticas do MTE**, inclusive aquelas que demandem análise jurídica-administrativa, tomada de decisão e representação institucional.

Parágrafo único. As atribuições do cargo de Analista do Trabalho **caracterizam-se pela responsabilidade decisória, normativa e institucional**, distinguindo-se das atribuições técnicas operacionais e de execução qualificada exercidas pelo cargo de Técnico do Trabalho.

Art. 5º São atribuições do cargo de **Técnico do Trabalho**, observadas as diretrizes institucionais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e a coordenação normativa das unidades competentes:

I – Atuar na execução qualificada, no acompanhamento e no apoio técnico às políticas públicas de trabalho, emprego, renda, qualificação profissional, economia solidária, relações do trabalho e programas sociais sob responsabilidade do MTE;

II – Atuar na mediação administrativa de conflitos individuais do trabalho, inclusive em ambientes digitais, **participando da condução de procedimentos, da organização das sessões, da elaboração de registros e da formalização de soluções consensuais e preventivas**, nos termos da regulamentação específica;

III – Supervisionar tecnicamente, acompanhar, fiscalizar e avaliar, no âmbito de suas atribuições, **convênios, contratos, termos de cooperação, repasses e programas financiados com recursos do FAT, do CODEFAT, do SINE e de políticas correlatas**, inclusive quanto à conformidade documental, execução física e financeira e cumprimento de metas;

IV – Elaborar pareceres técnicos, notas técnicas, estudos, relatórios, diagnósticos operacionais, análises de dados e subsídios técnicos destinados à tomada de decisão administrativa, à avaliação institucional e ao controle da execução das políticas públicas do MTE;

V – Coordenar, orientar e supervisionar tecnicamente equipes administrativas e operacionais, bem como fluxos de trabalho, sistemas e rotinas institucionais, no âmbito de projetos, programas ou unidades administrativas;

VI – Participar da formulação, da implementação e da revisão de normas, atos administrativos, manuais, instruções normativas e regulamentos, mediante a elaboração de minutas, análises técnicas e contribuições especializadas;

VII – Atuar em atividades de planejamento estratégico, governança pública, gestão de riscos, integridade, controle interno, transparência e monitoramento institucional, inclusive no acompanhamento de indicadores, metas e resultados;

VIII – Exercer atividades administrativas e logísticas de natureza técnica e especializada, compatíveis com o nível intermediário, **inerentes às competências institucionais do MTE**, inclusive aquelas relacionadas à gestão de informações, processos, sistemas corporativos e atendimento qualificado ao público.

Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo **se caracterizam** como **atividades técnicas especializadas de nível intermediário**, essenciais ao funcionamento, à modernização institucional e à efetividade das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º O desenvolvimento do servidor na Carreira Finalística do Trabalho dar-se-á mediante **progressão e promoção**, observada a estrutura de classes **A, B, C e Especial**, com **cinco padrões em cada classe**, conforme o **Anexo I**.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Art. 7º A remuneração dos cargos da Carreira Finalística do Trabalho é composta por:

I – **Vencimento Básico**, conforme valores constantes do **Anexo III**;

II – **Gratificação de Desempenho da Carreira Finalística do Trabalho – GDCFT**, conforme valores do ponto constantes do **Anexo IV**;

III – **Incentivo à Qualificação**, conforme valores e critérios do **Anexo V**.

Art. 8º A GDCFT será paga no limite mínimo de **80 (oitenta) pontos** e máximo de **100 (cem) pontos**, conforme avaliação institucional e individual.

CAPÍTULO V

DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MTE – PECMTE

Art. 9º Fica instituído o Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego – PECMTE, em caráter **suplementar e em extinção**, destinado a promover a equiparação remuneratória e funcional dos atuais servidores do MTE à Carreira Finalística do Trabalho, **bem como a absorver cargos efetivos não integrantes da referida carreira, preservados como cargos isolados, sem vinculação à estrutura finalística**.

§ 1º O Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego – PEC-MTE **espelha integralmente a estrutura da Carreira Finalística do Trabalho**, observadas as correspondências de classes, padrões e referências, **com a finalidade de assegurar equiparação funcional e remuneratória aos servidores ativos, aposentados e pensionistas**, sem caracterizar ingresso ou transposição para a carreira nova.

Art. 9º-A. Os cargos efetivos de **Nível Auxiliar** atualmente existentes no quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego ficam enquadrados no Plano Especial de Cargos do MTE – PECMTE, **na condição de cargos isolados, suplementares e em extinção**, vedada a criação de novos cargos dessa natureza.

§ 1º Os ocupantes dos cargos de que trata o caput:

I – não integrarão a Carreira Finalística do Trabalho;

II – terão assegurada a irredutibilidade remuneratória, inclusive mediante a instituição de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, quando necessário;

III – permanecerão vinculados ao PECMTE até a vacância do cargo.

§ 2º Os cargos de Nível Auxiliar vagos na data da vigência desta Lei, bem como os que vierem a vagar posteriormente, **serão extintos**, vedada sua transformação em cargos da Carreira Finalística do Trabalho.

Art. 10. Poderão ser enquadrados no Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego – PEC-MTE os servidores titulares de cargos efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, integrantes:

I – da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – CPST;

II – da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho;

III – do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE;

IV – do Plano de Classificação de Cargos – PCC.

Art. 11. O enquadramento dar-se-á conforme **tabela de correspondência constante do Anexo II**, observada a equivalência de classe e padrão.

§ 1º O enquadramento será efetuado mediante **opção expressa, formal e irretratável**, a ser exercida no prazo de **90 (noventa) dias**, contado da vigência desta Lei.

§ 2º Os efeitos financeiros do enquadramento produzir-se-ão **a partir da data da opção**.

§ 3º O servidor que não exercer a opção permanecerá na carreira ou plano de origem.

Art. 12. As disposições deste Capítulo aplicam-se aos **aposentados e pensionistas**, observadas as regras constitucionais de paridade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. É assegurada a **irredutibilidade remuneratória**, sendo eventual diferença paga como **VPNI**, absorvível na forma da lei.

Art. 14. Os cargos vagos e os que vierem a vagar do Plano Especial de Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego – PECMTE **serão transformados em cargos da Carreira Finalística do Trabalho, excetuados os cargos de Nível Auxiliar, que serão extintos na vacância**, nos termos do art. 9º-A desta Lei.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS

ANEXO I

ESTRUTURA DA CARREIRA FINALÍSTICA DO TRABALHO

Classes e padrões:

- **Classe A – Padrões I a V**
- Classe B – Padrões I a V
- **Classe C – Padrões I a V**
- Classe Especial – Padrões I a V

ANEXO II

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO NO PECMTE

a) NIVEIS SUPERIOR E INTERMEDIARIO

Classe Atual Padrão Atual Classe Nova Padrão Novo

A	I	A	I
A	II	A	II
A	III	A	III
A	IV	A	IV
A	V	A	V
B	I	B	I
B	II	B	II
B	III	B	III
B	IV	B	IV
B	V	B	V
C	I	C	I
C	II	C	II

Classe Atual Padrão Atual Classe Nova Padrão Novo

C	III	C	III
C	IV	C	IV
C	V	C	V
D	I	Especial	I
D	II	Especial	II
D	III	Especial	III
D	IV	Especial	IV
D	V	Especial	V

b) Cargos de nível auxiliar:

Especial	I	Especial	I
Especial	II	Especial	II
Especial	III	Especial	III

ANEXO III

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO

I – Cargo: Analista do Trabalho (Nível Superior)

Classe	Padrão	Vencimento Básico (R\$)
--------	--------	-------------------------

A	I	4.500,00
---	---	----------

A	II	4.620,00
----------	-----------	-----------------

A	III	4.745,00
---	-----	----------

A	IV	4.875,00
----------	-----------	-----------------

A	V	5.010,00
---	---	----------

B	I	5.150,00
----------	----------	-----------------

B	II	5.295,00
---	----	----------

B	III	5.445,00
----------	------------	-----------------

B	IV	5.600,00
---	----	----------

B	V	5.760,00
----------	----------	-----------------

C	I	5.925,00
---	---	----------

C	II	6.095,00
----------	-----------	-----------------

C	III	6.270,00
---	-----	----------

C	IV	6.450,00
----------	-----------	-----------------

C	V	6.635,00
---	---	----------

Especial I		6.825,00
-------------------	--	-----------------

Especial II		7.020,00
-------------	--	----------

Especial III		7.220,00
---------------------	--	-----------------

Especial IV		7.425,00
-------------	--	----------

Especial V		7.635,00
-------------------	--	-----------------

II – Cargo: Técnico do Trabalho (Nível Intermediário)

Classe	Padrão	Vencimento Básico (R\$)
--------	--------	-------------------------

A	I	2.353,04
---	---	----------

A	II	2.410,03
----------	-----------	-----------------

A	III	2.469,27
---	-----	----------

A	IV	2.531,31
----------	-----------	-----------------

A	V	2.595,99
---	---	----------

B	I	2.663,69
----------	----------	-----------------

B	II	2.734,35
---	----	----------

B	III	2.807,92
----------	------------	-----------------

B	IV	2.885,19
---	----	----------

B	V	2.925,39
----------	----------	-----------------

C	I	2.965,59
---	---	----------

C	II	3.049,89
----------	-----------	-----------------

C	III	3.137,69
---	-----	----------

C	IV	3.229,32
----------	-----------	-----------------

C	V	3.237,25
---	---	----------

Especial I		3.245,17
-------------------	--	-----------------

Especial II		3.341,73
-------------	--	----------

Especial III		3.442,56
---------------------	--	-----------------

Especial IV		3.638,87
-------------	--	----------

Especial V		3.964,63
-------------------	--	-----------------

II – Cargo: Auxiliar do Trabalho (Nível Auxiliar)

Classe	Padrão Vencimento Básico (R\$)
---------------	---------------------------------------

ESPECIAL	I	R\$ 2.217,71
----------	---	--------------

ESPECIAL	II	R\$ 2.215,59
----------	----	--------------

ESPECIAL	III	R\$ 2.213,51
----------	-----	--------------

ANEXO IV

VALORES DO PONTO DA GDCFT

I – Analista do Trabalho (Nível Superior)

Classe Nova Padrão Valor do Ponto (R\$)

A	I	51,31
A	II	53,11
A	III	54,97
A	IV	56,90
A	V	58,88
B	I	61,96
B	II	64,10
B	III	66,36
B	IV	68,71
B	V	71,11
C	I	77,42
C	II	80,11
C	III	82,94
C	IV	85,83
C	V	88,82
Especial	I	96,72
Especial	II	100,09
Especial	III	103,61
Especial	IV	105,07
Especial	V	107,81

II – Técnico do Trabalho (Nível Intermediário)

Classe Nova Padrão Valor do Ponto (R\$)

A	I	45,66
A	II	47,03
A	III	48,44
A	IV	49,90
A	V	51,38
B	I	54,32
B	II	55,94
B	III	57,62
B	IV	59,35
B	V	61,35
C	I	62,73
C	II	64,62
C	III	66,55
C	IV	68,54
C	V	70,25
Especial	I	72,45
Especial	II	74,61
Especial	III	76,87
Especial	IV	79,17
Especial	V	81,79

III – Auxiliar do Trabalho (Nível Auxiliar)

Classe Nova Padrão Valor do Ponto (R\$)

ESPECIAL I R\$ 21,53

ESPECIAL II R\$ 22,60

ESPECIAL III R\$ 23,73

ANEXO V

Tabela de Valores do Incentivo à Qualificação

Nível Intermediário TECNICO DO TRABALHO	IQ1	R\$ 363,89	curso de graduação em nível superior e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 180 horas;
	IQ2	R\$ 727,77	curso de especialização e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 250 horas;
	IQ3	R\$ 1.091,66	curso de Mestrado e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 360 horas.
Nível Superior ANALISTA DO TRABALHO	IQ1	R\$ 638,43	curso de especialização e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 180 horas;
	IQ2	R\$ 1.276,86	curso de mestrado e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 250 horas
	IQ3	R\$ 1.915,28	curso de doutorado e apresentar certificados de ação de desenvolvimento que somam no mínimo 360 horas.